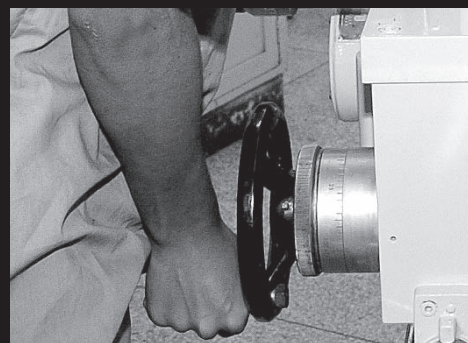
Opinião Socialista

PSTU

Ano XI - Edição 308 - Colaboração: R$ 2 - De 02 a 08/08/2007 - www.pstu.org.br

As mãos que trabalham...

são as que devem decidir!

PLEBISCITO POPULAR 2007

Pela reestatização da Vale do Rio Doce e do sistema elétrico, contra a reforma da Previdência, pelo não pagamento das dívidas

LULA SANCIONA LEI QUE CRIA ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO NO BRASIL

Página 4

VÔO 3054: OS QUE AS CAIXAS PRETAS NÃO MOSTRAM

Página 5

NOVA TURBULÊNCIA NA ECONOMIA DOS ESTADOS UNIDOS

Página 10

VAIAS 1 - O governador de São Paulo, José Serra (PSDB), foi vaiado ao ser anunciado na cerimônia de premiação do Festival de Cinema Latino-Americano, no dia 29 de julho.

PÁGINA DOIS

VAIAS II – O secretário de Ensino Superior, José Pinotti, também foi vaiado. Nem a apresentadora resistiu. A atriz Dira Paes, ao tentar voltar a anunciar os nomes, caiu na gargalhada.

O CHEIRO DO RALO

A diretoria-geral do Senado aproveitou o recesso parlamentar para tentar acabar de vez com um forte odor de esgoto que vinha incomodando os ocupantes do gabinete do presidente da casa, Renan Calheiros (PMDB-AL). Nenhuma licitação foi realizada para a obra. Cá entre nós, o mau cheiro vai continuar e não é só do ralo de Renan.

PÉROLA

> *"O importante não é o pepino, é saber lidar com o pepino. Saber cortar, cozinhar e ter inteligência e calma para trabalhar o pepino""*

BRIGADEIRO JOSÉ CARLOS PEREIRA, ex-presidente da Infraero, dizendo que os "pepinos" – como ele se refere ao acidente da TAM e ao caos aéreo - fazem parte da vida. (Jornal da Globo - 27/7)

"FORA DO AR"

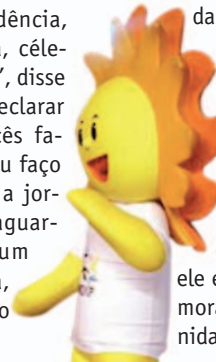
No empurra-empurra da culpa sobre o acidente com o Airbus da TAM, vale o argumento mais cínico. Denise Abreu, diretora da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) indicada por José Dirceu e que representa o lobby das companhias aéreas, declarou que o "acidente não foi no ar. Ninguém bateu no ar, tá? Então, o acidente não tem nada a ver com o número de vôos em Congonhas". Na verdade ninguém quer abrir mão dos lucros do aeroporto. Denise também foi condecorada enquanto os corpos eram recolhidos dos fumegantes escombros do acidente.

CHARGE / AROEIRA

COREOGRAFIA

Hoje duramente criticados pelo governo e pela oposição de direita, diretores da Anac foram elogiados no Senado na ocasião de sua posse. A sessão foi marcada por troca de elogios, amenidades, piadas e votos de feliz ano novo. O tucano Leonel Pavan (PSDB-SC) elogiou a indicação do diretor-presidente, Milton Zuanazzi, "um dos grandes responsáveis pela evolução do turismo no Brasil". Delcídio Amaral (PT-MS) defendeu a diretora Denise Abreu. A coreografia – previamente combinada com o lobby das companhias aéreas, que também financia campanhas eleitorais – terminou com a posse de todos os atuais diretores, sem questionamentos.

"FARSANTES"

O assessor da Presidência, Marco Aurélio Garcia, célebre autor do "top top", disse que nada tinha a declarar sobre o gesto. "Vocês fazem o que querem. Eu faço o que quero", disse a jornalistas enquanto aguardava seu vôo em um aeroporto. Na espera, lia um livro cujo título era "Os farsantes".

VITÓRIA NOS CORREIOS

No dia 15 de maio, Vanderlei, da oposição dos Correios em Mato Grosso do Sul, foi demitido sem justa causa. Uma grande mobilização motivou inúmeras moções de repúdio a esta perseguição política. Fruto da luta dos companheiros da oposição, assessorados pela Conlutas, o juiz federal da 4ª Vara do Trabalho de Campo Grande determinou a reintegração. Uma grande vitória contra o SINTECT-MS, cuja inércia demonstrou novamente sua ligação com a empresa.

"DURA"

Mascote do Pan, o solzinho Cauê foi barrado na entrada do Engenhão pouco antes da partida de futebol masculino entre Brasil e Costa Rica. O mascote chegou atrasado, foi revistado por soldados da Força Nacional de Segurança e ainda teve que passar pelo detector de metais. Após a "dura", Cauê entrou no estádio 20 minutos antes da partida. Se nem ele escapa, imagina os moradores das comunidades carentes...

ASSINE O OPINIÃO SOCIALISTA SEMANAL

assinaturas@pstu.org.br
www.pstu.org.br/assinaturas

NOME: ______________________

______________________ CPF: ______________________

ENDEREÇO: ______________________

______________ BAIRRO: ______________________

CIDADE: ______________ UF: _____ CEP: ______________

TELEFONE: ______________ E-MAIL: ______________

○ DESEJO RECEBER INFORMAÇÕES DO **PSTU** EM MEU E-MAIL

MENSAL COM RENOVAÇÃO AUTOMÁTICA

☐ MÍNIMO (R$ 12) ☐ SOLIDÁRIA (R$ 15)

FORMA DE PAGAMENTO

☐ DÉBITO AUTOMÁTICO. DIA:

○ BB ○ NOSSA CAIXA ○ BANRISUL ○ BESC

○ BANESPA ○ CEF AG. __________ CONTA __________

OPERAÇÃO (SOMENTE CEF)__________

TRIMESTRAL	SEMESTRAL	ANUAL
☐ (R$ 36)	☐ (R$ 72)	☐ (R$ 144)
☐ SOLIDÁRIA: R$ ______	☐ SOLIDÁRIA: R$ ______	☐ SOLIDÁRIA: R$ ______

FORMA DE PAGAMENTO

☐ **CHEQUE** *

☐ **CARTÃO VISA Nº** ______________ **VAL.** __________

☐ **DÉBITO AUTOMÁTICO. DIA:**

○ BB ○ NOSSA CAIXA ○ BANRISUL ○ BESC

○ BANESPA ○ CEF AG. __________ CONTA __________

OPERAÇÃO (SOMENTE CEF)__________

☐ **BOLETO**

Envie cheque nominal ao **PSTU** no valor da assinatura para Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000 - Fax: (11) 5581.5776

OPINIÃO SOCIALISTA
é uma publicação semanal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
CNPJ 73.282.907/0001-64 - Atividade principal 91.92-8-00

CORRESPONDÊNCIA
Rua dos Caciques, 265 - Saúde - São Paulo - SP - CEP 04145-000
Fax: (11) 5581.5776 e-mail: *opiniao@pstu.org.br*

CONSELHO EDITORIAL Bernardo Cerdeira, Cyro Garcia, Concha Menezes, Dirceu Travesso, João Ricardo Soares, Joaquim Magalhães, José Maria de Almeida, Luiz Carlos Prates "Mancha", Nando Poeta, Paulo Aguena e Valério Arcary **EDITOR** Eduardo Almeida Neto **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Marisa Carvalho, Wilson H. da Silva, Yara Fernandes **DIAGRAMAÇÃO** Carol Rodrigues **REVISÃO** Marisa Carvalho **IMPRESSÃO** Gráfica Lance (11) 3856-1356 **ASSINATURAS** (11) 5581-5576 *assinaturas@pstu.org.br - www.pstu.org.br/assinaturas*

ENDEREÇOS

SEDE NACIONAL

Rua dos Caciques, 265
Saúde - São Paulo (SP)
CEP 04145-000 - (11) 5581-5776

www.pstu.org.br
www.litci.org

pstu@pstu.org.br
opiniao@pstu.org.br
assinaturas@pstu.org.br
sindical@pstu.org.br
juventude@pstu.org.br
lutamulher@pstu.org.br
gayslesb@pstu.org.br
racaeclasse@pstu.org.br
livraria@pstu.org.br
internacional@pstu.org.br

ALAGOAS

MACEIÓ - Rua Dias Cabral, 159. 1º andar - sala 102 - Centro - (82)9903.1709 *maceio@pstu.org.br*

AMAPÁ

MACAPÁ - Av. Pe. Júlio, 374 - Sala 013 - Centro (altos Bazar Brasil) (96) 3224.3499 *macapa@pstu.org.br*

AMAZONAS

MANAUS - R. Luiz Antony, 823, Centro (92) 234-7093 *manaus@pstu.org.br*

BAHIA

SALVADOR - Rua da Ajuda, 88, Sala 301 Centro (71) 3321-5157 *salvador@pstu.org.br*
ALAGOINHAS - R. 13 de Maio, 42 Centro
IPIAÚ - Av. Lauro de Freitas, 282 Centro
VITÓRIA DA CONQUISTA Avenida Caetité, 1831 - Bairro Brasil

CEARÁ

FORTALEZA *fortaleza@pstu.org.br*
CENTRO -Av. Carapinima, 1700, Benfica (82) 254-4727
MARACANAÚ -Rua 1, 229 - Conjunto Jereissati 1
JUAZEIRO DO NORTE - Rua Padre Cícero, 985, Centro

DISTRITO FEDERAL

BRASÍLIA - Setor de Diversões Sul (SDS)- CONIC - Edifício Venâncio V, subsolo, sala 28 Asa Sul - (61) 3321-0216 *brasilia@pstu.org.br*

ESPÍRITO SANTO

VITÓRIA - *vitoria@pstu.org.br*

GOIÁS

GOIÂNIA - R. 70, 715, 1º and./sl. 4 (Esquina com Av. Independência) (62) 3224-0616 / 8442-6126 *goiania@pstu.org.br*

MARANHÃO

SÃO LUÍS - (98) 3245-8996 / 3258-0550 *saoluis@pstu.org.br*

MATO GROSSO

CUIABÁ - Av. Couto Magalhães, 165, Jd. Leblon (65) 9956-2942

MATO GROSSO DO SUL

CAMPO GRANDE - Av. América, 921 Vila Planalto (67) 384-0144 *campogrande@pstu.org.br*

MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE *bh@pstu.org.br*
CENTRO - Rua da Bahia, 504/ 603 - Centro (31) 3201-0736
BETIM - R. Inconfidência, sl 205 Centro
CONTAGEM - Rua França, 532/202 - Eldorado - (31) 3352-8724
JUIZ DE FORA juizdefora@pstu.org.br
UBERABA R. Tristão de Castro, 127 - (34) 3312-5629 *uberaba@pstu.org.br*
UBERLÂNDIA - R. Ipiranga, 62 - Cazeca

PARÁ

BELÉM *belem@pstu.org.br*
Tv. do Vileta, 2519 - (91) 3226-3377
ICOARACI - R. Pe. Júlio Maria, 403/1 (91) 227-8869 / 247-7058
CAMETÁ - Tv. Maxparijós, 1195, B. Novo
RONDON DO PARÁ - R. Ayrton Senna, 147 (94) 326-3004
SÃO FRANCISCO DO PARÁ - Rod. PA-320, s/nº (ao lado da Câmara) (91) 96172944

PARAÍBA

JOÃO PESSOA - R. Almeida Barreto, 391, 1º andar - Centro (83) 241-2368 - *joaopessoa@pstu.org.br*

PARANÁ

CURITIBA - R. Alfredo Buffren, 29 sala 4

PERNAMBUCO

RECIFE - Rua Leão Coroado, 20 - Boa Vista - (81) 3222-2549

PIAUÍ

TERESINA - Rua Quintino Bocaiúva, 778

RIO DE JANEIRO

RIO DE JANEIRO *rio@pstu.org.br* (21) 2232-9458
LAPA - Rua da Lapa, 180 - sobreloja
DUQUE DE CAXIAS - Rua das Pedras, 66/01, Centro
NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 633 / 308 - Centro *niteroi@pstu.org.br*
NOVA FRIBURGO - Rua Guarani, 62 - Cordueira (24) 2533-3522
NOVA IGUAÇU - Rua Cel Carlos de Matos, 45 - Centro *novaiguacu@pstu.org.br*
SÃO GONÇALO - Rua Ary Parreiras, 2411 sala 102 - Paraíso (próximo a FFP/UERJ)
SUL FLUMINENSE *sulfluminense@pstu.org.br*
BARRA MANSA - Rua Dr Abelardo de Oliveira, 244 Centro (24) 3322-0112
VALENÇA - Pça Visc.do Rio Preto, 362/402, Centro (24) 3352-2312
VOLTA REDONDA - Av. Paulo de Frontim, 128- sala 301 - Bairro Aterrado
NORTE FLUMINENSE
MACAÉ - Rua Teixeira de Gouveia, 1766 (fundos) (22) 2777.3151 *nortefluminense@pstu.org.br*

RIO GRANDE DO NORTE

NATAL
CIDADE ALTA - R. Dr. Heitor Carrilho, 70 (84) 201-1558
ZONA NORTE - Rua Campo Maior, 16 Centro Comercial do Panatis II
CURRAIS NOVOS - Rua Candido Mendes, 150, Centro

RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE *portoalegre@pstu.org.br*
CENTRO - R. General Portinho, 243 (51) 3024-3486 / 3024-3409
ALVORADA - Rua Jovelino de Souza, 233, Parada 46 (51) 9284-8807
BAGÉ - (53) 8402-6689 / 3241-7718
PASSO FUNDO - (54) 9993-7180
RIO GRANDE - (53) 9977-0097
SANTA MARIA - (55) 84061675 / 3223-3807, *santamaria@pstu.org.br*

SANTA CATARINA

FLORIANÓPOLIS - Rua Nestor Passos, 104, Centro (48) 3225-6831 *floripa@pstu.org.br*
CRICIÚMA - Rua Pasqual Meller, 299, Bairro Universitário, (48) 9102-4696 agapstu@yahoo.com.br

SÃO PAULO

SÃO PAULO *saopaulo@pstu.org.br* *www.pstusp.org.br*
CENTRO - R. Florêncio de Abreu, 248 - São Bento (11) 3313-5604
ZONA NORTE -Rua Rodolfo Bardela, 183 V. Brasilândia (11) 3925-8696
ZONA LESTE - R. Eduardo Prim Pedroso de Melo, 18 (próximo à Pça. do Forró) - São Miguel
ZONA SUL Santo Amaro – Av. João Dias, 1.500 - piso superior
BAURU - Rua Antonio Alves nº6-62 - Centro - (14) 227-0215 *bauru@pstu.org.br*
CAMPINAS - R. Marechal Deodoro, 786 (19) 3235-2867 - *campinas@pstu.org.br*
FRANCO DA ROCHA - R. Coronel Domingos Ortiz, 423 - Centro *francodarocha@pstu.org.br*
GUARULHOS - *guarulhos@pstu.org.br*
Av. Esperança, 705 casa 2 Vila Progresso (11) 6441-0253
Av. João Veloso, 200 - Cumbica (11) 3436-8887
JACAREÍ - R. Luiz Simon,386 - Centro (12) 3953-6122
MOGI DAS CRUZES - Rua Engenheiro Gualberto, 53 - Centro - (11) 4796-8630
PRES. PRUDENTE - R. Cristo Redentor, 11 Casa 5 - Jd. Caiçara - (18) 3903-6387
RIBEIRÃO PRETO - Rua Monsenhor Siqueira, 614 - Campos Eliseos (16) 3637.7242 *ribeiraopreto@pstu.org.br*
SÃO BERNARDO DO CAMPO - Rua Carlos Miele, 58 - Centro (atrás do Terminal Ferrazópolis) - *(11)4339-7186* *saobernardo@pstu.org.br*
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS *sjc@pstu.org.br*
CENTRO - Rua Sebastião Humel, 759 (12) 3941.2845
ZONA SUL - Rua Brumado, 169 - Vale do Sol
SOROCABA - Rua Prof. Maria de Almeida, 498 - Vl. Carvalho (15) 9129.7865 *sorocaba@pstu.org.br*
SUZANO *suzano@pstu.org.br*
TAUBATÉ - Rua D. Chiquinha de Mattos, 142/ sala 113 - Centro

SERGIPE

ARACAJU - Av. Gasoduto / Francisco José da Fonseca, 1538-b Cjto. Orlando Dantas (79) 3251-3530 *aracaju@pstu.org.br*

EDITORIAL

E AGORA JOSÉ?

Carlos Drummond de Andrade escreveu um famoso poema, depois de uma Copa do Mundo, que dizia:

"E agora, José?
A festa acabou,
a luz apagou,
o povo sumiu,
a noite esfriou,
e agora, José?
e agora, vcê?
Você que faz versos,
que ama, protesta?
e agora, José?"

Esses versos merecem ser lembrados ao final dos Jogos Pan-Americanos. O sentido dos versos de Drummond tem a ver com a necessidade de que o povo encare de novo seus problemas reais. E o Brasil de hoje precisa de Drummond, de sua poesia e de seus ensinamentos.

O povo se emocionou com algumas vitórias esportivas memoráveis. Em particular, será recordada por muitos anos a goleada da seleção feminina de futebol sobre os Estados Unidos, com um futebol clássico e maravilhoso. Mas, como bem recordou a goleira de nossa seleção, Andréia Santuque, nada vai mudar após o Pan... Sequer para o futebol feminino, que ainda hoje não tem um campeonato nacional.

Passadas as competições, tudo volta à mesma rotina de falta de estrutura para a maioria da população brasileira. Assim como o povo não tem acesso a educação e saúde de qualidade, tampouco pode expressar todo seu potencial esportivo.

Cuba, que tem uma população 16 vezes menor que a nossa, teve mais medalhas de ouro que o Brasil. Isso porque esse país viveu uma revolução socialista que possibilitou um avanço qualitativo para a população. A mortalidade infantil em Cuba é de 5,3 por cada mil nascidos, melhor que a dos EUA (sete por cada mil) e infinitamente superior à brasileira (31 por cada mil). A expropriação das grandes empresas privadas e a planificação da economia possibilitaram um salto na educação, na saúde e no esporte.

Hoje tudo isso está em retrocesso, porque se impôs em Cuba uma restauração do ca-

pitalismo pela via chinesa, a partir da própria ditadura castrista (o que boa parte da esquerda brasileira não admite). Isso também se expressou no Pan-Americano, no qual Cuba teve um rendimento esportivo menor do que em outras edições e enfrentou a fuga de quatro atletas, o que levou a um retorno antecipado da delegação para evitar novas deserções. Mas, apesar de tudo, Cuba seguiu à frente do Brasil, pelos avanços conquistados no passado pela revolução.

O governo Lula investiu pesado para capitalizar eleitoralmente as vitórias do Pan. O orçamento inicial de R$ 400 milhões foi transformado pela corrupção desenfreada em R$ 3 bilhões. Alguns enriqueceram nessa jogada, outros passaram de ricos para muito ricos. A maioria vai ficar mais pobre, porque vai ter que pagar pelo enriquecimento de alguns.

A vaia histórica no Maracanã, que impediu Lula de falar na cerimônia de abertura, indica que os planos do governo não deram muito certo. Depois do estádio, as vaias perseguiram Lula em todas as suas aparições públicas, como se pôde ver na visita ao Nordeste do país. O desastre aéreo em Congonhas foi um passo a mais no desgaste que o governo já acumula neste segundo mandato.

É possível que o povo brasileiro esteja começando a seguir na prática os conselhos de Drummond. As vaias indicam que pelo menos uma parcela está encarando a realidade e se preparando para lutar.

Em pouco mais de um mês, na Semana da Pátria, uma parte muito importante das entidades do movimento de massas do país estará impulsionando um plebiscito popular. Encabeçados pela Assembléia Popular, com várias organizações da Igreja, a Conlutas e o MST, um amplo setor do movimento vai se organizando para lutar. Apesar do boicote da CUT e da UNE, que querem limitar o plebiscito à questão da Vale, a maioria das entidades vai encaminhar a consulta com as quatro perguntas.

É hora de o movimento se colocar em marcha, em todos os sindicatos e entidades estudantis e populares para garantir esse plebiscito. O povo, essa multidão de Josés e Marias que trabalha e constrói o país, será chamado também a se posicionar em relação à reforma da Previdência, à reestatização da Vale do Rio Doce, ao pagamento da dívida e às tarifas de energia elétrica.

E agora, José? É hora de José e Maria dizerem não.

ERRATA - Por um erro no fechamento da última edição, a tabela do Ipea com a proposta de reforma da Previdência, na página 4, mostra a adoção da idade mínima por tempo de contribuição de 65 anos para homens que já contribuem, a partir de 2010. Na verdade, essa idade é de 60 anos. A idade mínima de 65 anos valeria para os novos contribuintes.

LULA CRIA ÁREAS DE LIVRE COMÉRCIO DENTRO DO BRASIL

PROJETO DE LEI que tramitava há 11 anos no Congresso é sancionado e abre caminho para a instalação de 'maquiladoras'

***JEFERSON CHOMA**, da redação*

No Diário Oficial do último dia 23, foi publicada a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à lei das zonas de processamen-to de exportação (ZPEs). Como diz o texto do projeto, cria "áreas de livre comércio (...), destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior".

Trata-se de mais uma lei que vai beneficiar as multinacionais e aumentar a exploração dos trabalhadores. As ZPEs são muito comuns em países como a China ou em regiões da América Central. No México essas zonas permitiram a proliferação das chamadas maquiladoras, que importam componentes, montam e exportam produtos prontos, como tecidos e produtos eletrônicos.

Para baixar os custos de produção, as multinacionais transferiram muitas dessas atividades para os países semicoloniais, onde foram criadas "zonas de exportação" ou "zonas francas" – regiões em que as empresas praticamente não pagam impostos e contam com benefícios, já que os governos locais, para incentivá-las, oferecem facilidades que as nacionais não têm, inclusive a cessão gratuita do terreno onde se instalam. Além disso, nessas regiões paga-se um salário bem menor aos trabalhadores, que na maioria das vezes também não possuem nenhum tipo de direito trabalhista.

Com a globalização capitalista, as "zonas francas" e as maquiladoras proliferaram de forma assustadora. De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), existem no mundo inteiro mais de três mil zonas

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono aseguinte Lei:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar, nas regiões menos desenvolvidas, Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), sujeitas ao regime jurídico instituído por esta Lei, com a finalidade de reduzir desequilíbrios regionais, bem como fortalecer o balanço de pagamentos e promover a difusão tecnológica e o desenvolvimento econômico e social do País.

Parágrafo único. As ZPE caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior, sendo consideradas zonas primárias para efeito de controle aduaneiro.

Art. 2º A criação de ZPE far-se-á por decreto, que delimitará

Reprodução de trecho da lei, publicada no Diário Oficial

desse tipo, a maioria localizada na China. Atualmente o imperialismo norte-americano tem um plano de ampliar a instalação de maquiladoras e zonas francas em países do continente, por exemplo, no Haiti, país que sofre uma ocupação militar liderada pelo exército brasileiro.

No Brasil, segundo o texto da nova lei, o Poder Executivo está autorizado a criar ZPEs "nas regiões menos desenvolvidas". Atualmente, são 17 os projetos de ZPEs já aprovados pelo Congresso que abrangem, sobretudo, a região Nordeste. Por lei, elas agora estão dispensadas da obtenção de licença ou de autorização de órgãos federais. Tudo para atrair investimentos de multinacionais e garantir seus lucros.

A imprensa noticiou que o presidente vetou artigos que davam "isenção" de impostos para empresas das ZPEs. Mas o presidente fez apenas um jogo de palavras. O texto foi alterado e, no lugar da "isenção", foi concedida "suspensão" de tributos - do pagamento do Imposto de Importação, IPI, Cofins, Cofins importação, Imposto sobre a Renda (durante dez anos) e Imposto sobre a Renda sobre os lucros auferidos (durante os cinco primeiros exercícios), entre outros, que serão regulamentados por uma medida provisória.

O projeto vai representar uma radicalização da guerra fiscal, uma vez que aumentará o acirramento das disputas entre estados na atração dos investimentos estrangeiros. A guerra fiscal é responsável pela destruição de parques industriais já instalados no país, pois permite que fábricas inteiras sejam transferidas para o interior das ZPEs, onde os empresários pagam salários bem menores.

Por outro lado, a criação das zonas de processamento de exportação está no também no marco da "flexibilização" dos direitos trabalhistas. Para aumentar a "competitividade" dos capitalistas, o governo pretende destruir direitos históricos dos trabalhadores com suas reformas neoliberais da Previdência e a trabalhista.

CORRUPÇÃO

SEM-TERRA OCUPAM FAZENDA DE IRMÃO DE RENAN

Ocupação em Murici (AL) retoma atenções sobre caso Renan

***JEFERSON CHOMA**, da redação*

Mesmo com o esquecimento do caso Renan Calheiros (PMDB-AL), cerca de 1.500 trabalhadores rurais ocupou no dia 23 de julho a fazenda Boa Vista para protestar contra a impunidade e o poderio da família do senador Renan, que manda e desmanda em Murici (AL). A propriedade é do deputado federal Olavo Calheiros (PMDB-AL). Os sem-terra integram os movimentos MST, MLST e MTL.

É a segunda vez que os trabalhadores rurais ocupam as terras do deputado Olavo – muitas delas de origem duvidosa e por isso em litígio há vários anos. Na primeira ocasião, em fevereiro do ano passado, dezenas de famílias de sem-terra foram expulsas e algumas agredidas por jagunços encapuzados.

"Eles jogaram gasolina e queimaram tudo. Muitos de nós tivemos que fugir pelo mato para não morrer, enquanto outros trabalhadores foram levados para a sede da fazenda do deputado e mantidos como reféns durante várias horas", lembrou uma das lideranças do movimento. A ação atrapalhou a operação abafa, montada para livrar a cara de Renan.

ESQUECERAM DE MIM

Renan Calheiros era manchete todos os dias nas capas de jornais. Mas a tragédia com o avião da TAM em Congonhas retirou todos os holofotes da crise política envolvendo o presidente do Senado. Contribuíram para operação abafa o recesso parlamentar e o festival de baixarias que se sucedeu à tragédia, envolvendo autoridades e ministros do governo.

Com as atenções voltadas para a crise aérea, Renan tenta rearticular sua tropa de choque, buscando apoio no Conselho de Ética para sepultar definitivamente seu caso na volta do recesso. O senador também impediu a convocação de uma comissão do Congresso para discutir o desastre com o Airbus da TAM. Com isso, ele reforça a manobra de paralisar e congelar qualquer investigação contra ele.

Renan é acusado de ter despesas pessoais pagas por uma lobista da empreiteira Mendes Júnior. O senador é investigado também por enriquecimento ilícito. Ele apresentou notas frias de frigoríficos inativos e guias falsas de transporte de gado para justificar seu súbito enriquecimento com negócios agropecuários. Até mesmo os peritos da Câmara, subordinados a Renan, disseram que os documentos são falsos.

Além disso, a Schincariol teria sido beneficiada por Renan, depois de comprar uma fábrica de bebidas cujo dono era seu irmão, o deputado Olavo. Após a conclusão do negócio, o presidente do Senado teria conseguido evitar a cobrança de uma dívida de R$ 100 milhões da Schincariol com o INSS e outra, também milionária, com a Receita Federal.

No dia 25, os sem-terra cercaram as instalações da fábrica de cerveja em Alagoas. Eles foram impedidos de entrar e realizaram uma manifestação contra Renan em frente à empresa.

O QUE NÃO REVELAM AS CAIXAS-PRETAS

YARA FERNANDES, da redação

A cada dia depois do acidente da TAM em Congonhas, novas informações revelam que por trás da tragédia há a sede por grandes lucros, superexploração e relações suspeitas entre governo, Congresso Nacional e empresas aéreas. Para tentar tentar abafar isso, são divulgadas informações cuja intenção é livrar a cara dos capitalistas que atuam no setor e suas promíscuas relações com o governo.

Segundo reportagem da revista "Veja", as primeiras informações das caixas-pretas indicam que o comandante do Airbus 320 da TAM não conseguiu desacelerar o avião devido a um defeito de um dos reversos (mecanismo que ajuda a desacelerar) e a uma falha do piloto na operação no manete - dispositivo que acelera o motor da aeronave.

O assessor para Assuntos Internacionais do governo Lula, Marco Aurélio Garcia, deve ter ficado ainda mais contente, por poder tirar a culpa do governo e colocá-la na mão do falecido comandante.

Mas a manobra não tira de forma alguma a responsabilidade do governo federal e das companhias aéreas. Se o piloto falhou foi porque havia um defeito já detectado pela TAM no reverso do avião. Mesmo assim, a aeronave continuou operando. A tragédia de grandes proporções só ocorreu porque as empresas estão preocupadas apenas com seus lucros exorbitantes e não com a segurança dos passageiros.

Por outro lado, a omissão do governo permitiu a máxima utilização de um aeroporto que não possui condições para garantir a segurança dos passageiros. O acidente não teria dimensões catastróficas se a pista de Congonhas fosse maior e tivesse uma área de escape. É o que comprova a comparação com outros acidentes originários do mesmo erro, nas Filipinas em 1998 e em Taiwan em 2004 - o erro foi o mesmo, mas o número de vítimas fatais foi de apenas três em solo no caso filipino e nenhuma em Taiwan. Através da Infraero e da Anac (Agência Nacional de Aviação Civil), o governo fecha os olhos e passa a mão na cabeça de tais empresas, pois está comprometido com elas.

Um erro humano num desastre desses também é fruto da pressão que as empresas exercem sobre os funcionários. Segundo sua lógica mercadológica, é preciso sempre aumentar o número de vôos, vender mais passagens, explorar mais os funcionários e voar com aeronaves que não estejam 100% em condições.

"NADA SUBSTITUI O LUCRO"

O avanço no setor aéreo, o aumento na quantidade de vôos e os lucros obtidos pelas empresas diante de tal crescimento são facilmente observáveis. TAM e GOL são as maiores empresas do país no setor. Mesmo com a crise que já dura quase um ano e com duas grandes tragédias neste período, elas mantiveram seus lucros inabalados.

A TAM faturou, só em 2006, R$ 555,9 milhões, tendo crescimento de 174% em relação ao ano anterior. Não é por acaso. Dentre os sete mandamentos da empresa, disponíveis em seu site, o primeiro é *"nada substitui o lucro"*. Diante desta premissa, a companhia explora ao máximo sua mão-de-obra e também o uso das aeronaves.

É esta meta que faz com que as aeronaves sejam usadas até quando apresentam defeitos. Seguindo sua estratégia de lucro a qualquer custo, a própria companhia exemplifica sua política de utilizar ao máximo cada avião: *"Em 31 de dezembro de 2005, a taxa de ocupação média de suas aeronaves era de 71%, e a média de horas voadas por aeronave era de 12,2 horas, ao passo que, em 31 de dezembro de 2004, a taxa de ocupação média de suas aeronaves era de 66% e a média de horas voadas por aeronave era de 10,3 horas"*.

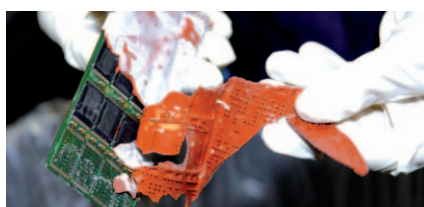
O aumento de horas de vôos com redução de custos também implica em maior exploração dos funcionários. No dia 24 de julho, um grupo de funcionários se reuniu com o presidente da companhia, Marco Bologna, e devem entrar com processos contra a sobrecarga de tarefas.

ANAC: RELAÇÕES PERIGOSAS

Liberação da pista de Congonhas antes da conclusão das reformas, omissão diante da venda pelas companhias aéreas de mais passagens do que os aviões comportam - esses são alguns dos feitos da Anac. A agência é produto da desregulamentação do setor. Sua diretoria foi indicada pelo lobby das companhias aéreas que atuam no Planalto e no Congresso.

Exemplo disso é uma das diretoras da agência, Denise Abreu, que foi assessora da Casa Civil na época do então ministro José Dirceu. Além disso, Denise é irmã do advogado que presta serviços à TAM na Suíça. Já o diretor da Anac José Baraf é dono da Planam Consult, que já prestou consultoria para a TAM e teve contato com o grupo que controla a GOL. O diretor Leur Lomanto, por sua vez, teve um longo jantar com o presidente da BRA em um hotel de luxo no final do ano passado, depois do qual a companhia foi 'coincidentemente' beneficiada com várias novas linhas.

Mas a promiscuidade não pára por aí. A sessão da Comissão de Infra-Estrutura do Senado para sabatinar esses diretores, em novembro de 2005, foi uma longa troca de elogios. Governistas e parlamentares da oposição burguesa renderam pomposos elogios aos diretores da agência. Toda essa bajulação não é de graça - é fruto das relações construídas entre eles e as empresas aéreas, que financiam suas campanhas e depois cobram a fatura.

VALTER CAMPANATO/AGÊNCIA BRASIL

Protesto de familiares das vítimas no guichê da TAM, em Congonhas. Ao lado, uma das caixas-pretas é levada para a perícia.

GOVERNO QUER PRIVATIZAR INFRAERO

Com o auge da crise aérea, o governo vem anunciando medidas que só beneficiam as companhias aéreas, como o aumento das passagens (restringindo ainda mais o acesso ao transporte aéreo) e a privatização da Infraero.

Não é uma idéia nova. Sempre houve um movimento, com origem nas companhias aéreas, para privatizar a infraestrutura aeroportuária.

A privatização da estatal será a realização do sonho dos capitalistas que atuam no setor e vai colocar todo o sistema aéreo do país de joelhos perante a insaciável sede de lucro fácil das empresas. Foi justamente essa lógica que levou ao desastre, ao sucateamento e à diminuição da segurança dos aeroportos.

Como abutres, governo e grande imprensa aproveitam a tragédia para defender essa proposta e utilizam o argumento da "eficiência" da iniciativa privada. Nada mais falso. O mito da "eficiência" privada provocou desastres como o desabamento das obras de uma estação de metrô em São Paulo, realizada pelas mesmas empreiteiras que não concluíram as reformas da pista de Congonhas. Aplicar completamente a lógica de mercado ao funcionamento da Infraero é um crime, que pode significar mais e maiores tragédias como a do vôo 3054.

SEMINÁRIO E PLEBISCITO IMPULSIONAM LUTA CONTRA RETIRADA DE DIREITOS

***DIEGO CRUZ e EDUARDO ALMEIDA**, da redação*

No momento em que o Fórum Nacional da Previdência instituído pelo governo Lula finaliza a proposta de reforma, é necessário reforçar e pôr na rua a campanha contra a destruição da Previdência pública.

O governo e a burguesia já estão adiantados. Diariamente, a grande imprensa publica matérias com dados falsos sobre um suposto déficit da Previdência. Já o governo quer mandar a reforma para o Congresso ainda em 2007.

Por isso, a Conlutas, juntamente com outros setores, está colocando nas ruas a campanha contra a reforma. O plebiscito popular pela anulação do leilão da Vale do Rio Doce, que se realizará na Semana da Pátria, traz quatro perguntas, entre elas uma questão sobre a reforma da Previdência. A quarta pergunta questiona: *"Você concorda com a proposta de reforma da Previdência que retira direitos dos trabalhadores?"*.

É uma forma de denunciar pedagogicamente esse ataque a milhões de trabalhadores em todo o país, construindo uma massa crítica que possibilite uma mobilização de massas contra a aprovação da reforma.

Antes do plebiscito, no dia 7 de agosto, ocorre em Brasília o Seminário Nacional em Defesa da Previdência Social. Além da Conlutas, também estão empenhadas na convocação do seminário Cobap (Confederação Brasileira dos Aposentados), MST, Intersindical, Jubileu Sul, Grito dos Excluídos, além de entidades nacionais como Andes, Sinasefe, Fenasps, Fenafisco, Sindilegis, ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência) e MOSAP (Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas).

AGÊNCIA BRASIL

Realizar um grande plebiscito para preparar a marcha

O plebiscito é uma parte importante do plano unificado de lutas que seguirá com a grande marcha unitária a Brasília em outubro. A discussão nas bases ajudará no esclarecimento com os trabalhadores, estudantes e setores populares sobre o significado da reforma da Previdência, assim como dos outros temas.

Não se trata somente de um plebiscito, mas de uma grande discussão com as bases para clarificar as conseqüências das políticas do governo sobre a vida do povo. Ainda existe muita confusão sobre o tema, pois o governo e seus defensores tentam de todas as maneiras evitar que fique claro o objetivo com a reforma da Previdência: dificultar a aposentadoria para aumentar o pagamento das dívidas e os lucros dos bancos.

Inúmeras iniciativas de palestras e debates deverão surgir. Depois disso, faremos o plebiscito para que os trabalhadores possam opinar sobre o futuro do país.

O trabalho prévio de discussão e o plebiscito devem preparar as condições para o passo seguinte da campanha, a marcha a Brasília. Podemos fazer a maior das marchas já realizadas até agora sob o governo Lula.

LEVAR CAMPANHA CONTRA REFORMA ÀS RUAS

AMPLIAR O SUCESSO DOS PLEBISCITOS ANTERIORES

EM 2002, mais de 10 milhões de pessoas votaram contra a Alca e o leilão da base de Alcântara, no Maranhão

O plebiscito sobre o leilão da Vale será a terceira consulta popular realizada pelos movimentos sociais em todo o país para combater a política neoliberal do governo de plantão. Nas duas primeiras, foram questionados pontos centrais da política econômica de FHC.

Em setembro de 2000 ocorreu o plebiscito sobre o pagamento da dívida pública. Após uma ampla campanha de conscientização, mais de seis milhões de pessoas votaram pelo fim do pagamento da dívida aos grandes banqueiros e agiotas internacionais.

Já em 2002, em plena campanha eleitoral e sofrendo o boicote do PT e do então candidato Lula, que chegou a ridicularizar a votação afirmando que *"não iria brincar de fazer plebiscito"*, a campanha contra a Alca conseguiu mais de 10 milhões de votos contra o acordo de livre comércio. O plebiscito da Alca questionava ainda a internacionalização da base militar de Alcântara (MA).

PLEBISCITO ATACA POLÍTICA NEOLIBERAL

O plebiscito assume uma grande importância por colocar em dúvida a política neoliberal do governo Lula como um todo.

A primeira pergunta questiona a privatização da Vale, feita no governo FHC e mantida por Lula. A segunda questão retoma o debate sobre a dívida pública, mecanismo pelo qual recursos são desviados de setores como saúde e educação para os grandes especuladores internacionais. A terceira ataca a exploração da distribuição de energia pelo capital privado, e a quarta denuncia a reforma da Previdência do governo Lula.

É hora, portanto, de ir às ruas e organizar comitês do plebiscito nas regiões e locais de trabalho. É preciso buscar todas as entidades dos trabalhadores num esforço unitário contra essa política do governo que só beneficia os ricos.

CUT TENTA PROTEGER GOVERNO

Quando a divulgação do plebiscito pela anulação do leilão da Vale do Rio Doce acabava de ir às ruas, a direção da CUT resolveu golpear duramente a unidade da campanha a fim de proteger o governo Lula, que já enfrenta desgaste com os escândalos de corrupção e a crise aérea. Mas a tentativa foi frustrada e acabou sendo um tiro pela culatra, aprofundando o desgaste da central.

A preparação do plebiscito contra a privatização da Vale foi definida durante a plenária nacional da Assembléia Popular, nos dias 16 e 17 de junho em Brasília. Em determinado momento, a plenária da assembléia, que congrega diversos setores como MST, Conlutas e Grito dos Excluídos, foi interrompida para que se instaurasse a reunião do Comitê pela Anulação do Leilão da Vale. Isso porque o comitê agrega ainda mais forças.

Após horas de exaustivas discussões, os mais de 30 entidades e movimentos presentes em Brasília definiram as quatro perguntas do plebiscito de setembro. Definidas as questões, os estados e as entidades de base já começavam a divulgar seus materiais quando foram surpreendidos por um anúncio da CUT.

A direção da central afirmou que a entidade não participaria do plebiscito se este contivesse mais questões além da pergunta sobre a Vale, desconsiderando todo o processo de preparação da campanha até então. A partir daí, a direção da CUT pressionou pela realização de uma reunião extraordinária do comitê, que ocorreu no dia 28 de julho em São Paulo.

SHOW DE AUTORITARISMO

Na reunião, longe de querer rediscutir as questões do plebiscito com as demais entidades, o que por si só já seria um absurdo, a CUT se limitou a informar que, caso não houvesse apenas uma questão, a "unidade" estaria comprometida.

Através de seu dirigente nacional Antônio Carlos Spis, a central propôs que o comitê indicasse apenas uma questão, sobre a privatização da Vale. A partir daí, os setores e os comitês que desejassem poderiam incluir suas lutas específicas no plebiscito.

Para a CUT, a questão sobre a reforma da Previdência e os demais problemas levantados pelo plebiscito não passavam de "questões específicas". A atitude da central é uma estratégia deliberada de barrar uma luta contra a reforma que se choque com o governo Lula. Para isso, contaram com o apoio da UNE, que defendeu a mesma posição, mostrando a real política do PCdoB.

CONLUTAS DEFENDE DEMOCRACIA E UNIDADE

Em nome da Conlutas, Luiz Carlos Prates, o Mancha, do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, lembrou o esforço da coordenação na construção da unidade, que se expressou no encontro de 25 de março e nas mobilizações de 23 de maio, apesar das diferenças.

"Seguindo esse esforço, o encontro realizado em Brasília em junho definiu as quatro perguntas como uma necessidade de construir a unidade entre um amplo conjunto de forças", disse Mancha. Ele disse ainda que a Conlutas levará as quatro questões. *"Reivindicamos as quatro perguntas e todo o processo que levou a esse acordo. Por uma questão política e democrática, não aceitaremos a chantagem da CUT"*.

O MST vinha defendendo o plebiscito com as quatro perguntas. Mas, infelizmente, João Pedro Stédile, representando a direção do movimento, fez uma proposta equivocada de que o plebiscito tivesse apenas uma questão e que fosse autorizado às entidades acrescentar mais perguntas.

A atitude sectária da CUT provocou repulsa entre a grande maioria das entidades presentes. *"Por que está sendo chamada essa reunião se os espaços da campanha já estavam abertos?"*, questionou Isabel, do comitê do Paraná. No estado, a campanha com as quatro perguntas já está nas ruas, contando com a participação, inclusive, de inúmeros sindicatos cutistas. Situação parecida ocorre no Rio e em São Paulo. Representantes de Campinas e da Baixada Santista também informaram que a campanha nessas regiões aborda os quatro temas.

A Intersindical também informou que trabalhará com as quatro questões. *"A CUT defende de uma só pergunta porque a privatização da Vale se deu no governo FHC, enquanto as outras três questões estão sendo encaminhadas por este governo"*, afirmou Mané Melato, representante da entidade.

Paulo Pedrini, da Pastoral Operária de São Paulo, se revoltou com a atitude da CUT. *"Não se pode dizer que não havia conhecimento da reunião em Brasília. A formulação dessas questões foi fruto de um debate tenso"*, afirmou. O dirigente denunciou ainda o papel da CUT. *"O que está sendo proposto aqui é uma ruptura"*.

Preparar o plebiscito combatendo a manobra

A decisão final da reunião foi a de manter o plebiscito e autorizar a confecção de duas cédulas: uma com as quatro perguntas e outra com uma questão apenas (exigência da CUT e do PCdoB). A maioria das organizações presentes se comprometeu a trabalhar com as quatro perguntas que serão utilizadas por Conlutas, pastorais sociais, Grito dos Excluídos, MST, Intersindical, MAB e demais setores que participam da Assembléia Popular.

A cédula com apenas uma pergunta será utilizada por CUT e UNE. Isso significa que a manobra dessas entidades foi parcialmente derrotada, pois a maioria das entidades se propõe a trabalhar com as quatro questões. Mas essa pressão vai seguir na base. A preparação do plebiscito deverá refletir uma luta política entre aqueles que buscam cobrir a política do governo Lula e os que querem combater essa política neoliberal e a reforma da Previdência.

O "argumento" da CUT e dos que apóiam a manobra é a falsa defesa da "unidade". Somos firmes defensores da união, mas aquela dos trabalhadores para lutar. O que a CUT defende é a unidade com o governo Lula, que está aplicando o plano do grande capital. Ou seja, o que CUT e UNE defendem não é a união dos trabalhadores, mas a unidade com a burguesia. Na prática, isso significa aceitar sem luta a derrota e o plano de reforma da Previdência.

Isso desmascara a intenção da CUT, que vinha divulgando posições contrárias à reforma da Previdência. O plano deles é evitar o desgaste se colocando contra, mas ao mesmo tempo barrando todas as lutas concretas contra a reforma. É o mesmo papel dos burocratas nos sindicatos, que estão a serviço dos patrões e falam a favor de aumentos salariais, mas impedem qualquer greve.

É importante disputar as bases da CUT e do PCdoB em cada estado ou região e discutir em cada sindicato a necessidade da campanha contra a reforma da Previdência. É preciso dizer que não há mudança na política econômica sem enfrentar o problema da dívida pública e falar da importância da pergunta sobre tarifa de energia e, portanto, da necessidade das quatro perguntas no plebiscito.

TRABALHADORES DA VALE TÊM ENCONTRO NACIONAL

REUNIÃO aprova campanha salarial e plano de lutas

EFRAIM MOURA, de Itabira (MG)

Os trabalhadores da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) de todo o país, reunidos nos dias 19 e 20 de julho em Vitória (ES), reafirmaram a unidade nacional e aprovaram a campanha salarial 2007/2008, o calendário de mobilização e o plano de lutas. A campanha tem os seguintes eixos: por salário, emprego e direitos sociais, contra a reforma da Previdência e pela participação no plebiscito de anulação do leilão da Vale.

As mineradoras, principalmente a Vale, estão batendo recorde de vendas e lucro. Os trabalhadores da Vale querem participar desta festa pois, se o bolo está crescendo, os trabalhadores devem ter sua parte.

Se depender do grupo *União e Luta* (conjunto de sindicatos combativos da CVRD - Metabase de Itabira-MG, Metabase dos Inconfidentes-MG, Sindfer ES/MG, setores do Sindmina Sergipe, oposição à diretoria do Metabase de Carajás-PA e mais sete sindicatos minoritários com base entre os trabalhadores da Vale), a campanha deste ano vai pegar fogo.

O *União e Luta* decidiu aproveitar esse período de alta lucratividade da empresa para lutar por aumento real de salários, ampliação de direitos, Plano de Cargos e Salários (PCS), organização no local de trabalho e unidade dos trabalhadores da Vale em nível nacional.

Além dessas bandeiras, o encontro deliberou por se juntar à Conlutas e ao conjunto dos movimentos sociais para lutar contra as reformas do governo que retiram direitos, principalmente a da Previdência. O encontro decidiu também participar do plebiscito nacional que se realizará entre os dias 1° e 7 de setembro pela anulação do leilão de privatização da CVRD e pela reestatização da empresa (*ver páginas centrais*).

Os trabalhadores decidiram também buscar a unidade com as outras categorias em campanha salarial, como metalúrgicos, petroleiros e bancários. No encontro, a palavra "greve" voltou a fazer a fazer parte da agenda de mobilização como a forma legítima de luta dos trabalhadores para defender seus direitos e salários.

SAIBA MAIS

CALENDÁRIO DE LUTA APROVADO

Até 6 de agosto
Pesquisa entre os trabalhadores da Vale

De 6 a 16 de agosto
Assembléias para aprovação da pauta

17 de agosto
Entrega de pauta no escritório central da empresa

PROFESSORES

APOIADO POR SINDICATO, GOVERNADOR DO PT SEGUE OS PASSOS DE ACM

LUCAS RIBEIRO E PAULA FARIAS, de Salvador (BA)

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB), dirigido por PCdoB e PSB, cumpre o papel de cão de guarda do governo Jaques Wagner (PT). Depois de pouco mais de 50 dias de greve, em que os professores se enfrentaram com o governador petista, além das sabotagens da CUT e do próprio sindicato, a direção da APLB segue traindo a luta.

Na assembléia do dia 17 de julho, a oposição (composta por professores ligados à Conlutas, CUT e Intersindical) conseguiu aprovar a proposta de paralisação das aulas nos dias de negociação. Entretanto, a direção do sindicato não jogou nenhum peso para a mobilização, deixando a categoria à própria sorte.

Na última assembléia, no dia 27, o PCdoB quis proibir a entrada de militantes do **PSTU**, que durante toda a greve apoiaram a luta dos professores e denunciaram o peleguismo da direção da APLB. Com a desculpa esfarrapada de que "pessoas" de fora da categoria estavam votando nas assembléias, a direção do sindicato decidiu pedir contracheque para permitir o livre acesso à assembléia. A cobrança de holerite ou carteira de filiação ao sindicato serve também para esvaziar as assembléias, pois são formadas filas enormes para a comprovação, fazendo muitos trabalhadores honestos desistirem de participar.

Depois que os militantes do **PSTU**, do PSOL, independentes e da Conlutas ameaçaram denunciar na base a manobra burocrática, a entrada foi permitida.

 WWW.PSTU.ORG.BR

Leia o artigo "A morte do pequeno ditador da Bahia"

"O governo do PT é de traição"

O grande momento da assembléia foi a entrada dos estudantes do Colégio Odorico Tavares, que denunciaram a exoneração do diretor eleito, Wendel Leão. A escolha da direção é feita por indicação, prática do carlismo mantida por Wagner e legitimada pela direção do sindicato. O *Opinião* entrevistou Wendel, militante do PSOL.

Como se deu sua eleição?

Wendel Leão - Minha eleição é fruto de um processo histórico em que a comunidade, depois de tirar dois diretores impostos (carlistas), conseguiu eleger um diretor. Minha candidatura teve 70% dos votos, derrotando outras duas, inclusive uma carlista.

Como a comunidade escolar reagiu à desoneração?

Wendel - Fomos pegos de surpresa. Mas estamos reagindo. Tanto professores quanto estudantes já se reuniram em assembléia para lutar pela minha permanência.

Como estão vendo o governo do PT?

Wendel - O governo do PT é um governo de traição em todos os aspectos, seja nas alianças, seja nas propostas.

O que você está achando da posição do sindicato?

Wendel - O sindicato é base do governo e também vem fazendo indicações para diretores.

VAIAS A LULA NO NORDESTE

ROBERTO AGUIAR, de Aracaju (SE)

Após o Pan, Lula foi recebido com vaias também em sua visita pelo Nordeste, realizada para promover o PAC (Plano de Aceleração do Crescimento). Assim como no Maracanã, a festa de aplausos foi interrompida pelas vaias, a partir de protestos em Aracaju (SE), na quinta-feira, dia 26, e em Natal (RN), na sexta-feira 27.

Em Aracaju, petroleiros, estudantes, trabalhadores da Universidade Federal de Sergipe, servidores do Incra e ativistas de outras categorias fizeram uma manifestação em frente ao Centro de Convenções contra as reformas neoliberais, o PAC, a transposição do São Francisco e os ataques ao serviço público.

Os ativistas empunharam faixas com os dizeres: "PAC – Plano de Aceleração da Corrupção – prisão e confisco de bens de corruptos e corruptores".

GREVES

Os estudantes da UFS estão em greve desde 13 de junho. Após um amplo debate na universidade, a paralisação foi aprovada em assembléia com mais de 1.800 estudantes, a maior já realizada na UFS.

Os estudantes resolveram entrar em greve devido à situação caótica em que se encontra a universidade e também se enfrentam com a reforma universitária de Lula.

Em greve também desde o dia 28 de maio, os técnicos administrativos da UFS se somam aos trabalhadores das outras universidades que se encontram em uma forte greve nacional. Entre outros pontos, eles lutam pela manutenção dos hospitais universitários e contra as fundações estatais.

Parados há 61 dias, o servidores do Incra são referência nacional na greve, que envolve todos os estados. Esta é a quarta greve da categoria nos dois mandatos de Lula. Os servidores vêm realizando fortes atividades e chamando a atenção da população de Aracaju para a situação do órgão.

SEM-TETO X SEM-VERGONHA

A TRISTE DIFERENÇA entre os sem-teto e Naji Nahas, o milionário dono do Pinheirinho

***MARISA CARVALHO**, da redação*

A casa que o aposentado João Batista, 65, se esforça em construir para a filha solteira não chega a 40 metros quadrados. O derrame recente se somou à falta de dinheiro para dificultar a vida deste morador da ocupação Pinheirinho, em São José dos Campos, interior de São Paulo. Os R$ 2 mil que ele pretende gastar na construção, próxima ao seu barraco no acampamento de sem-teto, provavelmente deve ter sido o preço de um dos vários seguranças do casamento da filha mais nova de Naji Nahas. `

O megaespeculador libanês é o dono do terreno de 1,3 milhão de metros quadrados onde cerca de 1.200 famílias estão acampadas há três anos. Entre elas, a do aposentado João Batista.

Morador do Pinheirinho há três anos, Batista vive sozinho num barraco de 12 metros quadrados. O vigilante aposentado espanta-se ao saber que o casamento de Patrícia Nahas, realizado em setembro de 2004, teve tantos convidados internacionais que Naji Nahas fretou nove aeronaves: dois Boeing, cinco Falcon e dois Gulfstream. Quando a filha mais velha de Batista se casou, ele conta que não pôde fazer mais que levar um "presentinho" e assinar o documento. *"Me sinto indignado em ver um homem com tanto dinheiro querendo tirar o nosso. Se ele se preocupa tanto com seus filhos, deveria pensar nos nossos"*, afirma o aposentado.

Nas festas de arromba que realizava no Copacabana Palace, Nahas trouxe artistas internacionais de peso como Alain Delon, Gina Lolobrigida e Omar Shariff. Apenas a lancha de Sueli, sua esposa, custou quase meio milhão de dólares. Os detalhes sobre a vida luxuosa de Nahas foram publicados pelo jornalista Renato Fernandes na revista *Joyce Pascowitch* de março.

A dona-de-casa Fátima Caetano, 36, também ficou escandalizada com os imensos gastos do proprietário do terreno onde ela vive há três anos. *"Ele só pensa em si. Como já nasceu rico, quer sempre mais e por isso não vai abrir mão daqui"*, afirma. Mãe de duas meninas pré-adolescentes, ela foi uma das lideranças da ocupação. Apesar de não ter dúvidas quanto à ganância de Nahas, ela diz ter esperanças. *"Ele pode até tirar a gente, mas vai ser difícil. Se a gente lutar, não tem dinheiro que baste"*.

REPRODUÇÃO REVISTA JOYCE PASCOWITCH

Naji Nahas, com Omar Shariff, em uma de suas festas de arromba, nos anos 80.

O terreno do Pinheirinho, localizado na zona sul de São José, pertence à massa falida da Selecta, a primeira empresa de Naji Nahas. A ocupação do Pinheirinho ocorreu no dia 27 de fevereiro de 2004, após a expulsão violenta dos sem-teto que ocuparam um terreno no bairro Campo dos Alemães.

Por meio de mandados de reintegração de posse, a prefeitura e a Polícia Militar já ameaçaram desocupar o local várias vezes. Em resposta, os sem-teto realizaram marchas com milhares de pessoas pelas ruas de São José. Em vez de desapropriar o terreno, o prefeito Eduardo Cury (PSDB) insiste em entrar com ações na Justiça para expulsar os moradores, apesar de o governo federal ter acenado com a possibilidade de construir as moradias. São José tem um déficit habitacional de mais de 20 mil casas.

O tucano chegou a dizer que a ocupação era o "problema mais grave" da cidade. O local estava abandonado há décadas e cheio de dívidas em impostos – mais de R$ 6 milhões. Somente depois da ocupação o playboy que passa as férias de julho na Europa, em um apartamento de luxo em Paris, resolveu reivindicar o terreno.

NASCIDO EM BERÇO DE OURO

Naji Nahas chegou ao Brasil em 1969 com US$ 50 milhões para investir, fugindo da situação de conflito no Líbano, onde morava. Antes, já havia fugido do Egito (onde fora criado numa mansão em um terreno de 10 mil metros quadrados) porque o presidente Nasser expropriou e nacionalizou todos os bens de sua rica família.

Em terras brasileiras, começou com uma granja de coelhos. Nos fim dos anos 70, sua fortuna era de mais de US$ 1 bilhão. Os negócios evoluíram na década de 80 para um conglomerado de 27 empresas, 11 delas pertencentes à Selecta Indústria e Comércio. Controlou a principal seguradora do país e comprou participações na Petrobras.

MARISA CARVALHO

Abaixo, João Batista, morador do Pinheirinho, na casa que está construindo

Nahas realizava polêmicas operações financeiras nos anos 80 e ganhou muito com a compra a venda de ações. Quando explodiu a maior crise das bolsas do país, em 1989, o libanês perdeu o glamour e foi preso em outubro – ele chegou a ser condenado a 24 anos de prisão. Obrigado abrir mão de sua carteira de US$ 490 milhões na então Bolsa do Rio de Janeiro, Nahas apenas mudou sua forma de agir com o escândalo. Mais discreto, ele continuou suas negociatas. Aproximou-se do banqueiro Daniel Dantas, da família real da Arábia Saudita e de outros figurões internacionais. Há quatro anos, começou um projeto de uma refinaria de petróleo no Ceará.

Como ocorre com os ricos no Brasil, em 2004 Nahas foi absolvido pela Justiça das acusações de crime ao sistema financeiro. Mas ele ainda não está satisfeito, se diz "injustiçado" e quer indenização de "apenas" US$ 10 bilhões, pois hoje poderia ser o homem mais rico da América Latina se não tivesse perdido suas ações. Ele anunciou no início de julho à revista IstoÉ Dinheiro que ingressaria com ações contra a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F). Certamente a sua fortuna é pouco para ele, por isso ele insiste tanto em tomar o terreno do Pinheirinho.

NOVA ONDA DE TURBULÊNCIA NA ECONOMIA MUNDIAL

DIEGO CRUZ e JEFERSON CHOMA,
da redação

Novos problemas na economia dos Estados Unidos alimentam a hipótese de que um novo ciclo de recessão na maior potência capitalista do mundo pode estar próximo. O centro da instabilidade é o mercado imobiliário norte-americano. Desta vez, o fator que detonou a turbulência foi novamente a crise no mercado de risco das hipotecas imobiliárias dos EUA, o chamado *subprime* – financiamento de imóveis para clientes considerados de "risco", ou seja, com um histórico de calote.

No mundo todo, as bolsas tiveram uma grande queda. No dia 26, o índice Dow Jones, que avalia o mercado de ações de Nova York, teve queda de 2,26%, arrastando a cotação das bolsas de todo o mundo. Londres viu suas ações desvalorizarem 3,15%. Já a Bovespa caiu 3,76%.

Os títulos da dívida externa brasileira despencaram e o risco Brasil – índice que mede a confiança dos capitalistas em realizar negócios no país – foi para 221 pontos básicos, uma alta de 21,31%, a maior desde 27 de agosto de 1998. Desde o dia 18 de junho, o risco país já subiu 60%.

É a terceira grande turbulência este ano. A primeira foi em fevereiro, quando ocorreu a desvalorização na bolsa de Xangai, a principal da China. Em maio, um novo solavanco foi causado também pela crise imobiliária norte-americana, após o anúncio de um relatório que revelou um crescimento das taxas de inadimplência e das execuções hipotecárias.

Embora não tenha sido tão forte quanto as anteriores, a nova crise provocou novos debates sobre os rumos da economia dos EUA e seus efeitos sobre o planeta. É importante lembrar que a recente onda de prosperidade da economia norte-americana teve uma de suas bases na valorização dos imóveis. A crise nesse setor da economia mais poderosa do planeta pode ter um efeito em cascata, contaminando toda a economia mundial, devido à relação direta com a especulação que envolveu o setor e valorizou os imóveis de forma artificial nos últimos anos. A valorização dos preços fez crescer as financiadoras que oferecem esse tipo de crédito. No entanto, os recursos para tais financiamentos vêm de bancos e fundos que "compram" os empréstimos, transformam-nos em ações e aplicam na ciranda financeira. Estima-se que o segmento *subprime* movimente em torno de US$ 1,3 trilhão nos EUA. Para se ter uma idéia, por trás desse jogo especulativo há bancos pesos pesados como Bank of America, Goldman Sachs, Morgan Stanley e Citigroup.

No caso de uma crise, as financiadoras são obrigadas a recomprar os empréstimos e quebram. Investidores perdem dinheiro e as ações despencam. Quer dizer, a crise se estende por todo o mercado.

FIM DA ONDA DE CRESCIMENTO?

A mais recente instabilidade nos mercados poderá expressar o fim do ciclo de crescimento econômico neoliberal destes últimos cinco anos e apontar para o início de uma nova crise cíclica do capitalismo. Não se pode afirmar com certeza quando essa crise virá, se em 2008 ou depois. O que se sabe é que ela virá, e poderá ser maior do que a crise de 2000-2001, pela dimensão do crescimento da economia e dos processos especulativos.

As crises cíclicas são inerentes ao capitalismo. O aumento dos investimentos para enfrentar a concorrência, se num primeiro momento possibilita o crescimento econômico, logo acarreta uma crise de superprodução e a queda da taxa média de lucros dos capitalistas.

Como a única forma de produzir valor e lucro é a extração de mais-valia, a crise que se avizinha obriga o imperialismo e os governos colaboradores da América Latina a reforçar os ataques aos trabalhadores, aumentando ainda mais a exploração. Este é o sentido da ofensiva cada vez mais brutal que a classe trabalhadora sofre em todo o mundo, desde a retirada de direitos na Europa, até as reformas neoliberais do governo Lula no Brasil.

ANGEL BOLIGAN/CAGLE CARTOON

A FARSA DA "SEGURANÇA" DA ECONOMIA BRASILEIRA

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, disse que o Brasil se encontra em condições para enfrentar qualquer crise econômica mundial. Ele utilizou como argumento as reservas recordes de US$ 154 bilhões em moeda estrangeira.

No entanto, estas são mais uma manobra para aumentar o lucro dos bancos. O governo vem comprando dólares para aumentar essas reservas pela venda de títulos públicos aos bancos, aumentando a dívida interna para aumentar as reservas. Este é um dos motivos pelos quais a dívida interna vem batendo recordes, já estando ao redor de R$ 1,2 trilhão.

Outra mentira é a de que esse nível de reservas nos permite maior segurança para enfrentar as crises externas. O que decide uma maior ou menor segurança é o grau de dependência e não o nível das reservas.

A verdade é que o país nunca esteve tão exposto às conseqüências de uma crise internacional, pelo grau de dependência que aumentou estupidamente com os planos neoliberais. Os capitais estrangeiros controlam grande parte da produção, comércio e serviços daqui, e vão se movimentar rapidamente em função de seus interesses globais, sem nenhuma preocupação com o país.

REAÇÃO DO GOVERNO: PRIVATIZAÇÕES E REFORMAS

O governo Lula também reage a uma possível crise econômica com medidas que aprofundam o neoliberalismo no país. Se, na campanha eleitoral de outubro, o presidente dizia ser "contra as privatizações", a prática de seu governo hoje denuncia mais uma mentira. No mesmo dia em que as bolsas enfrentavam turbulências, o governo federal anunciou a privatização de estradas federais. A partir de junho do ano que vem, deverá ser cobrado pedágio em pelo menos sete trechos de rodovias federais. O governo anunciou ontem a realização de um leilão no dia 9 de outubro para concessão das rodovias à iniciativa privada. As empresas que vencerem a disputa terão o direito de operar as rodovias por 25 anos. Além disso, o governo disse que cerca de 15 mil quilômetros de rodovias federais podem ser privatizados por concessão ou parcerias público-privadas. Atualmente, há cerca de 10 mil quilômetros sob concessão da iniciativa privada.

Como se não bastasse, o governo se aproveita da crise aérea para anunciar a privatização da Infraero, estatal responsável pelos aeroportos do país. A medida vai aprofundar a desregulamentação do setor, hoje totalmente refém da lógica do vale-tudo imposto pelas companhias aéreas em busca de lucro, e poderá ocasionar mais tragédias como a de Congonhas.

Além disso, o governo quer acelerar a aprovação de medidas que representariam um duro ataque aos trabalhadores, como a reforma da Previdência.

Se a nova turbulência trará ainda mais ataques e novas privatizações, o último ciclo de crise (2000-2001) possibilitou o ascenso revolucionário na América Latina, além das condições para a crise do governo FHC e a própria vitória do PT em 2002. A próxima crise cíclica poderá levar ao questionamento do governo Lula. Por isso, ele busca evitá-la ou adiá-la.

TRAD HAMADE, ministro do Trabalho do Líbano, membro de Hizbollah e que pediu demissão do governo Fuad Siniora, visitou o Brasil no mês de junho. O *Opinião* aproveitou a sua visita para entrevistá-lo. Ainda que o PSTU e a LIT-QI tenham desacordos com algumas de suas opiniões, publicamos a entrevista a seguir para dar a oportunidade de nossos leitores conhecerem as posições do Hizbollah sobre a situação no Oriente Médio. A íntegra da entrevista está disponível no Portal do PSTU.

"Nosso objetivo é manter a soberania do Líbano"

Por ***CAROL RODRIGUES*** *e* ***FABIO BOSCO****, de São Paulo (SP), e* ***RAED AL ARABI****, da União da Juventude Árabe para a América Latina (UJAAL)*

Opinião – Estados Unidos e Israel querem o desarmamento do Hizbollah para cumprir uma resolução da ONU. Como o Hizbollah vê o papel da ONU no Líbano e no Oriente Médio?

Trad Hamade - A guerra de julho de 2006 foi a mais sangrenta que já houve no Oriente Médio, em que foi clara a derrota do exército agressor e do Estado de Israel, apoiados pelo exército americano. Saíram derrotados do Líbano, não atingindo o seu objetivo de querer desarmar um povo que decidiu lutar pela sua terra e manter a soberania de seu país.

A resolução da ONU diz respeito ao desarmamento das milícias. E o Hizbollah não é uma milícia. É uma resistência popular, legal, que defende a independência de seu país. Não exerceu nenhum papel de terrorismo e agressão em nenhuma parte do mundo, muito menos no Líbano. Sua existência se dá pelo direito de resistência e defesa de um povo. Ninguém pode interferir na autodeterminação de um povo. O direito de defesa é um direito que consta, inclusive, nas resoluções da ONU para todo o mundo. As forças do exército de Israel ocuparam nosso país durante 28 anos e só promoveram guerras desde sua origem até hoje. Nada mais certo que nosso povo tenha o direito de se organizar e pensar nas estratégias corretas de defesa, conforme achar necessário. E é isso que está sendo feito pelo povo do Líbano e pela resistência libanesa. Não podemos ser considerados milícia. Somos uma resistência popular cujo único objetivo é manter sua independência e manter a soberania do país. São os Estados Unidos que ignoram os direitos humanos em todo o mundo. E o Estado de Israel, que surgiu expulsando o povo palestino de seu território, de tempo em tempo promove guerras contra nossos países em geral. Por isso pedimos o apoio mundial de todos no mundo contra os nossos inimigos, o governo americano e o Estado de Israel.

Certamente sabemos que seria necessário um órgão internacional para garantir e proporcionar a paz a todos os povos do mundo. Mas, infelizmente, a ONU, nas mãos do governo americano, é utilizada como instrumento para que ele atinja todos os seus objetivos em nossa região e no mundo todo (...). Depois do fim da guerra fria, os Estados Unidos se tornaram a única força dominante no mundo todo. Para eles não interessa a existência da ONU a não ser para executar suas ordens e seus objetivos. E, como somos parte daqueles que lutam pela paz e pela justiça, estamos lutando pela independência da ONU frente à soberania norte-americana, para salvar a organização e ajudar outros povos a se salvarem das garras dos Estados Unidos.

Nós do Líbano, um país com uma pequena população, atuamos com a ONU e apoiamos suas resoluções que beneficiam os países do mundo árabe. No entanto, o único país que em nenhuma situação aceitou ou colocou em prática as resoluções da ONU foi o Estado de Israel. (...) Por um lado, nós defendemos a existência da ONU. Por outro, temos esse caso do Estado de Israel que, tendo apoio norte-americano, desrespeita todas as resoluções da ONU ou só cumpre aquilo que lhe convém.

O Hizbollah defende o reconhecimento do Estado de Israel e a formação do Estado Palestino nos territórios ocupados em Gaza e Cisjordânia?

Hamade - O Hizbollah não reconhece o Estado de Israel por ser um estado agressor, que entrou à força, invadiu a terra, matou o povo e expulsou quem podia expulsar. E, como invadiu à força, nós defendemos o direito do povo palestino de tomar de volta a sua terra e retornar ao seu país. Nós apoiamos o governo palestino e todos os partidos e facções que atuam no seu interior e pedimos que eles entrem num acordo para chegar ao seu objetivo final, o retorno dos palestinos espalhados no mundo para aquela região. É uma situação desagradável para nós vermos os conflitos entre os partidos palestinos. Achamos que é uma necessidade extrema a união do povo palestino. Quem acaba perdendo com essa divisão é o povo palestino, que vive em desgraça há várias décadas. Quem de fato se beneficia desses conflitos é o Estado agressor de Israel.

CAROL RODRIGUES

Não podemos ser considerados milícia. Somos uma resistência popular cujo único objetivo é manter sua independência e manter a soberania do país.

São os EUA que ignoram os direitos humanos em todo o mundo. E Israel, que surgiu expulsando o povo palestino.

Sobre a formação do Estado palestino, vocês o defendem em todo o território histórico ou apenas nos territórios ocupados?

Hamade - Em minha opinião, creio que deveria ser formado um Estado palestino onde tanto judeus quanto palestinos poderiam viver democraticamente em seu interior. Mas os Estados Unidos e o Estado de Israel sequer reconheceram aquelas partes do país para formarem o Estado palestino. Há décadas está havendo encontros e negociações entre as duas partes, patrocinados pelos países da Europa e pelos Estados Unidos para formar dois Estados, o de Israel e o palestino. Esses acordos sempre foram respeitados pelo povo árabe e pelo povo palestino e jamais foram respeitados ou cumpridos pelos Estados Unidos e por Israel, que sempre fizeram o contrário das resoluções da ONU e atacaram os palestinos.

Qual a proposta do Hizbollah para a crise política do Líbano hoje?

Hamade - O Hizbollah faz parte de uma força de oposição na qual estão presentes vários partidos políticos no Líbano. Essa força política apresentou um projeto de lei para o governo com três pontos essenciais para sair da crise: o primeiro é a formação de um governo que defenda a soberania do país; o segundo é a formação de um governo onde sejam representadas todas as forças políticas; e o terceiro é a necessidade de garantir as reformas de tudo o que foi destruído em 2006. Esses são os pontos de partida para uma reforma política no interior do país, que garanta uma política nova. Também foi pedida uma nova eleição do poder legislativo. Este ano termina o mandato do presidente da República. Está sendo procurado um candidato que consiga expressar todas as forças políticas presentes no país, através de um acordo entre todas as forças políticas.

ORGANIZAR O PLEBISCITO POPULAR EM TODO O PAÍS!

O segundo semestre mal começou e várias atividades já mobilizam ativistas em todo o país, avançando na organização de um amplo processo de mobilização contra as reformas.

Nos dias 5 e 6 de agosto ocorre em Brasília a reunião nacional da Conlutas. Além de discutir a conjuntura atual, o encontro definirá os próximos passos da coordenação na luta contra as reformas do governo, principalmente a da Previdência.

O plebiscito popular sobre o leilão da Vale do Rio Doce ocorre na Semana da Pátria, de 1° a 7 de novembro, junto com o Grito dos Excluídos. Além da fraudulenta privatização da estatal, serão abordadas a política econômica do governo Lula e a reforma da Previdência.

Em todo o país, milhões de pessoas vão às urnas da campanha dizer "não" à privatização da Vale, "não" à política econômica do governo Lula, "não" à entrega do setor elétrico ao capital privado e, finalmente, "não" à reforma da Previdência do governo Lula.

Mas a batalha contra as reformas do governo não pára por aí. A Conlutas e outros setores articulam uma grande marcha a Brasília em outubro, contra as reformas e a política econômica do governo. E, na semana de 22 a 25 do mesmo mês, acontece a segunda plenária da Assembléia Popular, em Brasília.

O calendário começa agora em agosto, no dia 7, quando ocorre o Seminário Nacional em Defesa da Previdência Social Pública, em Brasília.

CALENDÁRIO

5 e 6 de agosto
Reunião Nacional da Conlutas em Brasília

7 de agosto
Seminário Nacional em Defesa da Previdência

1 a 7 de setembro
Plebiscito nacional pela anulação da Vale

Outubro
Grande marcha a Brasília

22 a 25 de outubro
2ª Plenária da Assembléia Popular

AS PERGUNTAS DO PLEBISCITO

Confiras as questões do plebiscito aprovadas pela Plenária Nacional do Comitê pela Anulação da Vale do Rio Doce

1 Você concorda que a Companhia Vale do Rio Doce, patrimônio construído pelo povo brasileiro e privatizada em 1997, deva continuar nas mãos do capital privado?

2 Você concorda que o governo continue priorizando o pagamento dos juros da dívida pública deixando de investir em trabalho, saúde, educação, moradia, saneamento, reforma agrária, água, energia, transporte, ambiente saudável?

3 Você concorda que a energia elétrica continue sendo explorada pelo capital privado, com o povo pagando até oito vezes mais que as grandes empresas?

4 Você concorda com a proposta de reforma da Previdência que retira direitos dos trabalhadores da aposentadoria?

Seminário fará contraponto a Fórum do governo

O seminário nacional em defesa da Previdência pública que ocorre no dia 7 em Brasília buscará um contraponto aos argumentos do governo e da mídia para a reforma. Além da Conlutas, também estão empenhados na convocação do seminário a Cobap (Confederação Brasileira dos Aposentados), o Jubileu Sul e o Grito dos Excluídos, além de entidades nacionais como Andes e Fenafisco.

O seminário terá palestras de Maria Lúcia Fatorelli, diretora da Unafisco, do ex-deputado Sérgio Miranda, especialista em orçamento público, e de Guilherme Delgado, assessor das pastorais sociais e do Grito dos Excluídos. O evento também terá a presença da OAB e da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência da Câmara e do Senado.

O seminário ocorre às 9h no auditório Petrônio Portella, no Congresso Nacional.